

ANTÔNIO LUIZ DE MEDINA

Na medida que o tempo passa, tornam-se mais duras as relações humanas, a ponto de cenas como aquelas vistas recentemente em frente ao Hospital Estadual Albert Schweitzer acontecerem sem que, de imediato, sejam questionados os valores que regem a sociedade. Medicina e ciência devem agir em prol da Humanidade. No entanto, o orgulho, a preguiça e o mercantilismo que tomam de assalto estes segmentos da inteligência levam às raias da mediocridade. Essa discussão é ética.

Aqueles médicos que cruzam a fronteira do desconhecido rumo ao saber, desatentos e sem se importar até com a própria vida; heróis anônimos que seguem sem esperar nem mesmo o reconhecimento pelos seus atos — apenas a graça da sabedoria; médicos, na concepção maior do título — eles estão pasmados diante de tamanha crise de valores. Ao se buscar saídas parcimoniosas à punição pela responsabilidade sobre as faltas dos plantonistas, corre-se o risco de ferir, gravemente, a ética e o compromisso primeiro com a verdade. De nossa parte há o empenho em substituir quem não quer trabalhar por aqueles que, mais do que apenas pelo desejo de cumprir com as suas obrigações, querem viver o sacerdócio do conhecimento.

A resposta imediata ao público já encontramos, na forma da cooperativa que

inicia suas atividades nos hospitais do estado. Não faltaram médicos prontos a atender a quem precisou, de boa vontade, com atenção e diligência, apenas uma semana depois do ocorrido, pois esta foi a nossa determinação. Mais de 3.600 pessoas receberam o atendimento necessário na rede hospitalar da Zona Oeste no fim de semana seguinte aos fatos a que todos assistimos. Buscamos reverter este quadro desumano, desenhado pelo contorno fúnebre do noticiário, se fosse preciso, com as próprias mãos. Já o fazemos, diariamente, mas a cada crise aumentamos também a nossa dedicação. Não exigimos de ninguém aquilo que nós mesmos não podemos fazer.

É preciso, ainda, a compreensão das outras esferas de poder — municipal e federal — para o fato de que hoje, mais do que nunca, deve haver sinergia e, consequentemente, um sistema organizacional que permita, sob o clarão da lógica, o perfeito entrosamento da maior rede de hospitais e postos de saúde da América Latina, plantada justamente no Rio de Janeiro. Há dezenas de emergências, centenas de postos e nenhum deles funciona plenamente. Há que se ter um mínimo de desprendimento e a administração correta das idiossincrasias para que este corpo passe a funcionar de forma coerente. No reino da saúde há muitos castelos e senhores. Castelos em ruínas e senhores maltrapilhos. Se houver a interação plena entre todos, a população será, finalmente, bem atendida. Caso contrário,

O DOENTE NÃO PODERÁ SER MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL; ELE É DE UM SÓ, DO ESTADO DO RIO

rio, o mínimo que poderá acontecer será a convulsão social, que terminará por derrubá-los a todos.

Assumimos a gestão deste aparato e a levaremos a termo sob quaisquer circunstâncias. Avançamos neste sentido e, em pouco tempo, teremos solucionado também o entrave da falta de profissionais em todos os plantões das emergências. Da mesma forma como resolvemos o caos, instalado por anos a fio, no Hospital da Posse, que hoje recebe por dia mais de 1.200 pacientes. Idem como contivemos a corrupção que se alastrou pela saúde do Estado do Rio e matou mais gente do que a mídia pôde contar. E o faremos com a mesma agilidade como abastecemos as unidades com medicamentos e materiais médico-cirúrgicos.

Em nenhum momento pensamos em fechar qualquer hospital, seja no todo ou em parte, e se isso ocorreu foi por absoluta necessidade. Ninguém, em sã cons-

ciência, teria o desprazer de lacrar uma unidade e assistir, passivamente, como fez aquele público de uma madrugada de domingo, em Realengo, ao sofrimento de alguém. Determinamos, sim, por força das péssimas circunstâncias que regem a economia pública brasileira, o redimensionamento da rede pública estadual. Em Santa Cruz, Realengo e Marechal Hermes, os hospitais Pedro II, Albert Schweitzer e Carlos Chagas serão os suportes à grande emergência a ser instalada no Rocha Faria, em Campo Grande. Enquanto neste funcionarão as equipes de alta complexidade, aptas a realizar as grandes cirurgias, os demais atuarão na média complexidade, com atendimento de emergência e dotados de ambulâncias para as eventuais remoções. Mas todos atenderão a quem quer que seja, seja lá em que condições aparecer no hospital. É evidente que a comoção causada pela morte daquela cidadã, nas condições em que ocorreu, acelerou todo o processo. Mas apenas agilizamos o já planejado.

Exerço a medicina há 42 anos, boa parte deles passada nas emergências de grandes hospitais. Apreendi com estudo e experiência a suplantir os casos mais graves, embora nunca tenha deixado de me emocionar com o insucesso e a perda de um paciente, por mais terminal que fosse a doença. A morte é a inimiga de todo médico e as vitórias são sempre passageiras, pois ela é a senhora da vida, é o fim de todos nós. Embora tenha lutado sempre por uma causa sabidamente

perdida, seja mais cedo ou mais tarde, cumpri rigorosamente ao dever de estar presente, a tempo e à hora de meu chamado. E plantão, para os médicos, é sério. Para verdadeiros médicos. Então, não responderei aos faltosos com nada além do que as sanções previstas em lei e com o seu automático desligamento, sem honras, do serviço público. Ao contrário, será a bem do serviço público. Nossa resposta será a solução definitiva à questão do atendimento no Estado do Rio.

Mas não é possível encontrar qualquer solução plena de êxito sem que, juntamente com as unidades do estado, os postos municipais na Zona Oeste funcionem com toda a sua eficiência, para que não haja a superlotação dos hospitais.

A participação da iniciativa privada também é importante na redenção da saúde. Aqueles que têm assistência médica garantida por seguros de saúde e convênios, ou mesmo por seus próprios recursos, não poderão permanecer alheios ao processo. E já temos conseguido de muitas áreas a sua contribuição.

O doente não poderá ser municipal, estadual ou federal; ele é de um só, do Estado do Rio de Janeiro. A integração das três esferas, em sistema de co-gestão, sob a coordenação estadual, certamente atingirá o objetivo de todos, o de dar à nossa população a assistência médica que ela tanto necessita e merece.

ANTÔNIO LUIZ DE MEDINA é secretário de Estado da Saúde.